

Pão sírio e figurinhas amassadas

Nabil Arida – outono 2026

Era 1968, o mundo era outro: uma geração que herdaria estranhezas e esperanças. Um mundo que parecia grande demais para um menino que ainda não sabia dizer “bom dia”, ao menos não no idioma de seu próprio país.

Ele tinha seis anos, cabelos escuros penteados com água e um silêncio estrangeiro preso dentro da goela da alma. Em casa se falava árabe, mas poderia ser hebraico, japonês, italiano, alemão ou qualquer outro idioma de filho que aprende antes a língua dos pais imigrantes que o de sua própria pátria — um idioma árabe cheio de histórias, de montanhas, de desertos, de generosidades, de aromas peculiares, de café forte não coado, de homus, de babaganush, de coalhadas diversas, de saudades, de vozes antigas, de cultura milenar. O português era apenas um ruído distante vindo do rádio dos vizinhos, dos anúncios das ruas e dos gritos das crianças correndo atrás de bola entre os barracos da favela próxima.

Naquela manhã, sua mãe apertou sua mão pequena diante do Grupo Escolar. O prédio parecia enorme. Os corredores tinham cheiro de giz molhado e madeira velha. Só não exalavam aroma de merenda ou mingau quente porque ainda não havia refeições nas escolas públicas. Crianças atravessavam o portão da enorme gaiola como passarinhos barulhentos, enquanto ele caminhava devagar, receoso, vestido com uniforme simples, calças curtas, emblema no bolso do peito da camisa engomada e um medo bem passado.

A professora falava num tom ríspido, era 1968, ela falava muito, e as palavras caíam como ordens sobre ele como chuva implacável em telhado de zinco: faziam barulho, até assustavam, mas não entravam. Sentado à carteira, observava tudo com olhos de estrangeiro. Os lápis curtos. Um caderno brochura de caligrafia encapado com plástico verde. O calçado era simples, solado de plástico emborrachado, tecido de lona azul. Os joelhos esbranquiçados de poeira. As meninas eram de outra classe, com fitas brancas ou amarelas gastas nos cabelos. Já disse que era em 1968? Os meninos que pareciam já nascer cansados. Ora sorridentes, ora cabisbaixos, ora olhavam o vazio, como quem ora, mas não é atendido. Sim, era 1968.

No recreio, abriu sua lancheira nova de plástico. Dentro havia pão sírio dobrado, recheado com coalhada, pedacinho de ricota temperada — chanchich — com um tímido filete de azeite banhando rodelinhas de pepino e um pedaço de bolo perfumado com essência de flor de laranjeira embrulhado em guardanapo de pano cerzido manualmente. A mesma essência que perfumava a garrafinha plástica da limonada pouco adoçada. O aroma chamou a atenção dos colegas.

Não disseram nada. Criança pobre aprende cedo a olhar sem pedir.

Foi então que ele percebeu: a maioria não tinha nada para comer. Alguns fingiam brincar para esquecer a fome. Outros bebiam água demoradamente no bebedouro, que era apenas uma torneira enferrujada entre azulejos quebrados. Um garoto mastigava o vazio como se fosse goma de mascar imaginária. Outro apenas observava os outros mastigarem.

Ele não compreendeu aquilo inteiramente, mas sentiu uma espécie de aperto novo, como se o coração tivesse aprendido uma palavra invisível. Uma palavra universal, não dita, impronunciável. Palavra de sabor amargo, nascida da fonte seca da amargura. Gosto de saliva morta.

Na volta para casa, tentou explicar à mãe em árabe e com alguns sons portugueses tortos. Disse que as crianças “olhavam comida com tristeza”. Disse que muitos “não tinham pão”. Disse isso apontando para a própria boca, a lancheira vazia ainda com migalhas no guardanapo. E o

informe embrião do choque da desigualdade começava a se formar em sua pequena cabeça cheia de dúvidas.

A mãe ouviu em silêncio. Era uma mulher que conhecia a pobreza não pelos livros, mas pelas migrações que fugiam das guerras, da miséria e da angústia da fome. Conhecia pelas raízes. Recordou-se então de um antigo provérbio árabe que ouvira de seu *jido* — o avô —: “Deus julga as árvores pelos frutos, não pelas raízes.” Sabia que a fome possui idioma universal.

Na manhã seguinte, acordou antes do sol. Preparou não um, mas dez lanches. Pães enrolados em panos limpos. Fatias generosas. Uma dezena de pedaços de bolo.

Quando o menino viu a mesa cheia, perguntou, em árabe:

— Tudo isso?

Ela respondeu apenas, também em árabe:

— Divide. Eles precisam.

No recreio daquele dia, aproximou-se dos colegas com timidez de pequeno embaixador. Era menor que todos em idade e tamanho, mas começava a crescer-lhe a consciência social. Entregava os lanches quase sem falar, sorrindo apenas. As crianças recebiam aquilo como quem recebe um milagre. Sabores diferentes não são questionados pela fome; migalhas de afeto conseguem saciar um pouco a alma.

E, pela primeira vez, ele ouviu a palavra “amigo” dirigida a si.

Nos dias seguintes, os colegas começaram a retribuir. Não tinham brinquedos para compartilhar, nem moedas, nem sequer um mísero pião de madeira como aquele que ele certa vez vira numa loja perto da região da Rua 25 de Março, onde seu pai trabalhava. Não tinham nem o calçado simples que ele usava: andavam de chinelos gastos, remendados como as golas e os bolsos de suas camisas. A maioria era repetente. Havia garotos de oito, nove, dez e até onze anos na mesma classe. Todos tinham figurinhas repetidas. Repetiam desesperanças e figurinhas.

Figurinhas de jogador, de faroeste, de personagens de televisão, de carros, de bichos. Algumas amassadas; outras brilhando, novas como tesouros. Cada criança lhe dava uma ou duas. Logo ele possuía um maço enorme preso por elástico. Guardava aquilo como um banqueiro infantil guardando ouro. Ainda não entendia completamente o valor das palavras, mas começava a compreender o valor dos gestos.

Então apareceu o garoto da outra classe. Mais velho. Mais esperto. Daqueles meninos que, castigados pela vida áspera, aprendem cedo as malícias da rua. Aproximou-se durante o recreio e perguntou se ele queria jogar “bafo”.

O menino meio árabe não compreendeu direito as regras. Apenas viu as figurinhas voando no chão e outras crianças gritando. Achou bonito. Achou divertido.

Perdeu uma. Depois cinco. Depois vinte.

Quando percebeu, todas as figurinhas haviam desaparecido. Todo o pequeno tesouro conquistado por meio de sorrisos, reconhecimento e validação mútua com seus amiguinhos — um escambo infantil de gratidão honrada — sumira. O outro garoto sorria com dentes de vitória.

— Turquinho otário.

Aquilo ele compreendeu. E doeu mais do que perder as figurinhas.

Sentiu um calor subir-lhe às faces imberbes, seguido de uma vergonha incrustada. Não apenas pela perda das figurinhas, nem somente pela sensação de ter sido enganado sem entender como, mas por se sentir mais estrangeiro no próprio país onde nascera. Seus olhos encheram-se de lágrimas. Soluçou baixinho — em árabe, em português, em... empatia.

Foi então que algo inesperado aconteceu.

Os dez meninos que recebiam seus lanches cercaram o garoto maior. Vieram rápidos, furiosos, como matilha unida protegendo um dos seus ainda menor. Protegiam-no talvez da mesma forma que sonhavam, secretamente, um dia também serem protegidos.

Um empurrou. Outro gritou. Um terceiro ameaçou bater. A camisa do intruso estava sendo rasgada. O recreio inteiro pareceu parar. Um linchamento catártico prestes a eclodir, tal qual inevitável enxurrada de lama margeando barracos da favela nas violentas chuvas de verão.

O garoto da outra classe, acuado, devolveu as figurinhas às pressas. Todas. E ainda muitas outras que nem eram devidas.

Os colegas recolheram o monte colorido espalhado pelo chão e o entregaram ao menino “estrangeiro” como soldados devolvendo a coroa a um rei. Aquilo lhe remetia às histórias de As Mil e Uma Noites que seus pais lhe contavam: a justiça finalmente restaurada no reino.

Ele secou o rosto ainda assustado. Sentia-se reconhecido. Ao redor, os garotos permaneciam vigilantes, encarando qualquer ameaça.

Naquele final de recreio, sentado no cimento quente do pátio, abraçado ao maço de figurinhas recuperadas, sentiu algo estranho e grandioso nascer dentro de si. Proteção. Pertencimento. Poder. Validação. Acolhimento. Amor entre os seus.

Seis anos de idade e já caminhava cercado por guarda-costas.

Passou a atravessar o recreio como pequeno chefe de facção infantil. Os meninos o acompanhavam pelos corredores; tornara-se intocável. E lhe ensinavam palavrões em português.

Palavrões. Foi assim que começou realmente a aprender o idioma. Havia uma outra cartilha. Um aprendizado vindo da rua, da fome compartilhada, das figurinhas que não se compravam, da lealdade, da violência súbita das crianças pobres quando uma injustiça ameaça alguém do grupo.

Aprendeu que gratidão também pode virar exército. Aprendeu que os excluídos reconhecem rapidamente quem reparte pão. E aprendeu que pertencer talvez seja isso: descobrir, no meio do medo estrangeiro, um círculo coeso de rostos compatriotas disposto a lutar por você.

Anos depois, já homem, esqueceria fórmulas de matemática, capitais de estados e regras gramaticais. Mas nunca esqueceria aquele recreio de 1968. Pois foi ali, entre concreto, favela, pão sírio e figurinhas amassadas, que um menino quase estrangeiro sentiu, pela primeira vez, a tradução mais profunda da palavra “amizade”. E ali também começou, enfim, a sentir-se um pouco mais brasileiro, embora fosse um dos poucos de pele clara naquela profunda irmandade.